



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAÉRIA FABIENNE LACERDA BOTELHO MARQUES

**PÁTRIA AMADA, PRA QUEM?: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO SOCIAL DE  
EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR PESSOAS DE IDENTIDADE DE  
GÊNERO NÃO-NORMATIVO**

Juazeiro do Norte  
2020

LAÉRIA FABIENNE LACERDA BOTELHO MARQUES

**PÁTRIA AMADA, PRA QUEM?: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO SOCIAL DE  
EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR PESSOAS DE IDENTIDADE DE  
GÊNERO NÃO-NORMATIVO**

Monografia apresentada à Coordenação do  
Curso de Graduação em Psicologia do Centro  
Universitário Dr. Leão Sampaio, como  
requisito para a obtenção do grau de  
bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte  
2020

LAÉRIA FABIENNE LACERDA BOTELHO MARQUES

**PÁTRIA AMADA, PRA QUEM?: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO SOCIAL DE  
EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR PESSOAS DE IDENTIDADE DE  
GÊNERO NÃO-NORMATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
coordenação do curso de Psicologia do Centro  
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito  
para obtenção de grau de Bacharelado em  
Psicologia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

TIAGO DEIVIDY BENTO SERAFIM  
Orientador(a)

---

LARISSA MARIA LINARD RAMALHO  
Avaliador(a)

---

CICERA JAQUELINE SOBREIRA ANDRIOLA  
Avaliador(a)

# **PÁTRIA AMADA, PRA QUEM?: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO SOCIAL DE EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR PESSOAS DE IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO-NORMATIVO**

Laéria Fabienne Lacerda Botelho Marques<sup>1</sup>  
Tiago Deividly Bento Serafim<sup>2</sup>

## **RESUMO**

As conceituações de gênero são estruturadas de formas plurais, pois não são dialogadas exclusivamente pelas diferenças físicas e biológicas, mas levam-se em consideração as condições psicológicas e culturais. Diante dessa afirmação, esse trabalho teve como finalidade oriunda das perspectivas adquiridas durante a graduação de Psicologia, que buscou muitas vezes compreender os males que atravessam o corpo e recaí sobre a mente. Estabelecendo meios para compreender os processos de exclusão, violência e vulnerabilidade social que atingem pessoas de identidade de gênero não-normativo. Pesquisa essa, consolidada pelos procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica, descritiva, narrativa, com método de pesquisa qualitativa. A discussão para compreender gênero é atual e necessária, a sua demarcação histórica e diferenciação dentre outros conceitos permite um embasamento pertinente para o alcance do devido reparo social aos não-normativos. A problematização de ideologias de exclusão, permite o esclarecimento de como esse processo e de seus descendentes: violências e vulnerabilidades acontecem, dando devida visibilidade a quem são seus alvos, e do por que e como essa estruturação social desequilibrada acontece.

**Palavras-chave:** Identidade de gênero. Não-normativos. Exclusão. Violência. Vulnerabilidade.

## **ABSTRACT**

The conceptualizations of gender are structured of plural forms, because they are not dialogued exclusively by the physics and biologicals differences, but understood that in consideration of psychological and cultural conditions. Given this approach, this study had like original finality of the acquired perspectives during of university graduate of Psychology, who searched many times understand the wrong attitudes that go through the body and relapse on their minds. Establishing ways to understand the processes of exclusion, violency and social vulnerability that reaches people of gender identity non-normative. This search, consolidated, by methodological procedures bibliography (literature) review, descriptive, narrative, with qualitative research method. The discussion to understand gender is current and necessary, it's historical demarcation and differentiation, among then concepts, provides a relevant basics for achieving due social due repainto non-normatives. The problematization of exclusion ideologies allows clarification of how this peocess and its

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia – Unileão.

<sup>2</sup> Profº Mestre na Unileão.

descendants: violence and vulnerability it happens, giving due visibility to who are your tormentors, and why and how this unbalanced social structuring happens.

**Keywords:** Gender identity. Non-normative. Exclusion. Violence. Vulnerability.

## 1 INTRODUÇÃO

As conceituações de gênero são estruturadas de formas plurais, pois não são dialogados exclusivamente pelas diferenças físicas e biológicas, mas levam-se em consideração as condições psicológicas e culturais. Stoller (1968) citado em Oakley (1972) fundamenta gênero como uma demarcação muito mais psicológica e cultural, do que biológicas. As nomenclaturas humanas designadas para gênero são tradicionalmente masculino e feminino possuindo capacidade de ser desassociada do sexo biológico. Sendo assim, compreendem-se por gênero as particularidades de masculinidade e de feminilidade identificados no sujeito, observado através dos seus comportamentos e gestuais. Essas particularidades socialmente estabelecidas possui uma influência diretamente nas contextualizações sobre identidade de gênero.

É necessário que seja entendido que as pessoas de identidade de gênero normativa recebem a nomenclatura de cisgênero ou “cis” e as que não se encaixam nesse padrão, serão denominados não-normativos, os transgêneros, que são representados, por exemplo, por trans, travetis. Além disso, existem também as pessoas das quais não se identificam nesses gêneros, conhecidos através da sua antiga denominação, como andróginos.

Esse estudo surgiu com a vontade e curiosidade despertada pela autora desse trabalho, durante a vivência do estágio como expectadora do grupo de diversidade de gênero ofertado pelo Programa Assistência Integrado à Família (PAIF) do Centro de Referência Assistência Social (CRAS). Ao longo de tal vivência, os relatos de violência, intolerância e homofobia citados pelos participantes, fizeram surgir questionamentos sobre a realidade destes sujeitos não-normativos. Assim, é importante enfatizar os processos de percepção desses sujeitos, proporcionando uma oportunidade de reconhecimento dos processos sociais que os constituem. Os vários delineamentos de personificação e vivência da sexualidade e do gênero expostas pelos sujeitos demandam estudos que elaborem de forma mais expositiva

este fenômeno no vínculo com a sociedade, condutora de concepções e discursos heterogêneos ao atendimento deste tema.

Impondo o desenvolvimento de trabalhos com o intuito de gerar uma reflexão em relação do preconceito, exclusão, discriminação e das violências que os sujeitos com uma identidade de gênero não-normativo padecem no dia a dia, assim como as explicações subjetivas que eles apresentam diante destas situações. Esta pesquisa almeja levar a discussão tanto às instituições que atuam nas políticas de igualdade de gênero, à sociedade ampla e a comunidade acadêmica, expondo como eles lidam em um ambiente que muitas vezes estão presente a violência, preconceito e exclusão. Ressaltando, o importante papel da psicologia, visto que é a área profissional que atua desenvolvendo a autonomia, empoderamento e trabalha nas potencialidades individuais e sociais dos sujeitos em seus contextos.

Diante de tais informações, procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Como os sujeitos de identidade de gênero não-normativo podem ser percebidos no contexto social de exclusão no qual estão inseridos? Traçando como objetivo geral, compreender os processos de exclusão, violência e vulnerabilidade social que atingem pessoas de identidade de gênero não-normativo. E como objetivos específicos, elucidar a identidade de gênero não normativa, descrevendo os processos de exclusão que os acometem. Discutindo também, as formas de violência e vulnerabilidades sofridas por essas pessoas. Esse trabalho fundamentou-se com os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, descritiva, narrativa, com método de pesquisa qualitativo.

## **2 METODOLOGIA**

Este estudo tratou-se como uma revisão bibliográfica, descritiva, narrativa, pelo fato de seus métodos serem elaborados por meio de materiais científicos já publicados, com a finalidade de congrega informações e dados para a construção do mesmo. O levantamento bibliográfico foi realizado através de artigos, documentos monográficos e periódicos (GIL, 2010).

Ao visar como objeto de estudo a compreensão dos processos de exclusão, violência e vulnerabilidade social que atingem pessoas de identidade de gênero não-normativo, o método da pesquisa se findou como qualitativo. De acordo com Gonzáles Rey (2005), a pesquisa qualitativa empenha-se sobre o conhecimento de

um objeto complexo, que é a subjetividade, da qual, elementos estão envolvidos concomitantemente em divergentes processos constitutivos do todo, cujo mudam frente ao contexto em que se expressa o indivíduo concreto.

Como ferramentas práticas de pesquisa foram usadas às bases de dados: Scientific Electronic Library (Online SciELO), Google Acadêmico, Educational Resources Information Center (ERIC), Portal da CAPES e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Descritores para busca: Identidade gênero; Não-normativos; Psicologia; Violências. Autores principais: Michel Foucault; Jorge Larrosa; Guacira Louro e Lucila Scavone. Dentre outras fontes de informações, e o conhecimento já adquirido durante a graduação de Psicologia. A temporalidade da pesquisa ocorreu entre 2019 a 2020.

### **3 IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO-NORMATIVO**

Gênero pode ser denominado como a estrutura da identidade dos sujeitos, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas complexas sobre o conceito de identidade. Em uma caracterização da concepção mais crítica diante dos estudos feministas e culturais, entendemos os sujeitos em suas identidades plurais, que sofrem mutações, podendo chegar a divergências. Por tanto, a conotação referente a diferentes grupos étnicos, de gênero, classe, sexuais, etc (LOURO, 1997).

As lutas dos movimentos feministas e de gênero estão correlacionadas em suas conjunturas e questões que lhe alicerçaram. O feminismo tem como marco três períodos históricos: o primeiro é marcado pela universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de concessão civis, políticos e sociais; O segundo período, foi frisado pela diferencialista e/ou essencialista, com a consolidação das distinções e da identidade; Já o terceiro foi nomeada de pós-moderna, resultante do desagregar que contribuiu com às convicções dos seres múltiplos e/ou nômades. Essas etapas representam aos séculos XVIII e XIX o primeiro período, por segundo a metade e o final do XX e ao começo do XXI. Contudo, a relação temporal com as fases e conflitos conceituados não são estágios determinados, consistem do contexto social, cultural, econômico e política de corpo social (SCAVONE, 2008).

Na década de 70 o conceito de gênero foi inserido devido às feministas onde se integrou para expandir a ampliação das compreensões das sexualidades e suas

representações binárias. Silva (2013) relata que além das falas históricas de gênero era assimilado somente como uma questão biológica dos sexos, pois é de suma importância que ocorra a consideração de que os diferentes grupos sociais e os principais fatos históricos afastando de pressupostos principalmente e eliminando essa ligação que a identidade de gênero está somente ligada ao sexo. O autor Dinis (2008) acrescenta que ainda nos meados dos anos 70 a diversidade sexual e de gênero começa ser incluído em debates em recintos acadêmicos devido à pressão dos grupos feministas, que não se sentiam representadas, que discutiam o sentimento e efeito de exclusão nos programas ofertados pelas instituições.

Almeida (2002) pontua que durante um longo tempo o entendimento da diferença sexual foi assimilado em definições, em termos de concepções biológicas que particularmente coíbiam com essa dessemelhança, nas capacidades dessas concepções e nas funções das pessoas. Nesse sentido, o homem devido a sua constituição biológica e força física se encontrariam em condição de hierarquia, agindo, como superior único na família e no seu contexto social. Em contrapartida, as mulheres biologicamente falando na época, devido às predisposições maternas e pressuposta vulnerabilidade física atuavam em espaço privado, no cuidado com os filhos e nas atividades domésticas, memorando o símbolo musicado “Ai, que saudade da Amélia”. Nessa circunstância, a formulação de gênero se encontra associado ao de sexo como natureza, designava por meio das predileções inatas dos indivíduos, corroborando conseqüentemente com o julgamento de inferioridade do sexo feminino diante a superioridade do masculino.

As convicções sociais procedente dessa concepção estereotipada e partidária deram início a variados mitos que prevaleceram principalmente no século XIX, e que aos poucos pelo viés de muita luta estão esfacelando. Costa (1995) traz à tona durante o século XIX a construção da noção do instinto sexual, através das diferenças político, econômico e morais, arraigadas na discriminação entre os sexos feminino e masculino para além do sistema reprodutor. Esses meios se demonstravam como vias regulamentadores, o que era normal e patológico para o sexo. Diante a temporalidade citada, trouxe a diferenciação entre homossexualidade e heterossexualidade, sendo o primeiro ligado ao termo de patologia e o outro consecutivamente sobre tido a relações sexuais saudáveis.

Os homossexuais/não-normativos, foram pormenorizados ao sexo feminino como “homens invertidos”, durante o século XVIII. O ato da sodomia era vista como

uma prática patológica, pois os homens que realizavam esse coito eram visto como parte de um grupo desvirtuado, o que acarretavam a marginalização social. Diante disso, foi notado o aumento de estudos com o intuito de desvendar esse desvio de conduta e provocar possibilidades para alinhá-los (COSTA, 1995).

Durante o século XX, a conceituação de gênero empregado para esclarecer os fundamentos socialmente construídos das relações entre homens e mulheres, acabou sendo metodizado, por meio de opiniões e apreciações das feministas que buscavam compreender as causas da submissão feminina, em direção oposto ao de sexo, que conservava-se relacionado ao biológico e decisivo das relações de gênero. Diante disso, os papéis sociais concedidos para as mulheres e os homens poderiam ser substituídos, em razão de não ser elementos integrantes e fundamentais da identidade humana, porém, de estruturas culturais e discursivas. Desfazendo assim, o foco biológico como fator principal das distinções acerca dos sexos e da condição de isentar a sujeição feminina nas sociedades (ALMEIDA, 2002).

Um dos principais pontos vividos no processo de desenvolvimento segundo o autor Toledo (2014), está referido à identidade sexual e de gênero. Pois ele explica que cada sujeito está determinado a experimentar e expressar o gênero de forma única, que se forma na coordenação entre valores socioculturais, sentidos e motivações subjetivas como explica também a psicologia.

O sujeito individual descrito pelas diferentes psicologias da educação ou da clínica, esse sujeito que se desenvolve de forma natural sua autoconsciência nas práticas pedagógicas, ou que recupera sua verdadeira consciência de si com a ajuda das práticas terapêuticas, não pode ser tomado como um dado não problemático. Mais ainda, não é algo que se possa analisar independentemente desses discursos e dessas práticas, posto que é aí, na articulação complexa de discursos e práticas. (LARROSA, 1994, p. 40)

Esse olhar abordado pela psicologia discorda sobre o sujeito, usando como exemplo os próprios parâmetros curriculares nacionais, fortemente influenciados pelo modelo construtivista. Segundo Foucault (1984), sexualidade pode ser entendida como uma criação discursivo-institucional, com finalidade de domínio dos sujeitos e da sociedade. Ainda alinhado ao conhecimento de Foucault:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço

dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1984)

Majoritariamente as argumentações sobre gênero incluem as questões de sexualidade. No entanto, é imprescindível compreender algumas distinções entre identidades de gênero e identidades sexuais. É coerente ressaltar que a possibilidade do perigo de adentrar em uma cristalização social, já que na prática as perspectivas são articuladas e distorcidas ainda por uma sociedade machista (LOURO, 1997).

Gênero é constituidor da formação da identidade do sujeito, direcionado na aplicação social, remete ao corpo. Entendem-se como as particularidades sexuais são assimiladas e caracterizadas. Já que são no contexto do vínculo social que se compõe os gêneros. As pessoas vivenciam sua sexualidade de várias maneiras, se permitindo a realizar e usufruir dos seus prazeres e desejo corporais. Gênero pode ser entendido ainda como uma entidade moral, política e cultural, ou seja, uma construção ideológica, em contraposição a sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica (OLIVIERA; KNÖNER, 2005).

A identidade sexual é formada de modo com seus relacionamentos, em companhia ou não de seus/suas parceiros/as (do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos). A identidade de gênero se constitui também através da identificação histórica e social do masculino e feminino. Logo, é perceptível que ambas identidades (gênero e sexual) apesar de serem distintas estão correlacionadas, pois ambas são construídas, instáveis e suscetíveis a alterações (LOURO, 1997).

### 3.1 GRUPOS NÃO-NORMATIVOS: TRANSGENARALIDADES

O termo transgênero para Namaste (2006), pode ser denominado como amplo, visto que, engloba todos os indivíduos que não se estruturam na associação normativa, compõe-se por transsexuais, travestis e também *drag queens*. Referência essa, que tem ganhando dimensões grandiosas e atualizadas frequentemente, exigindo respaldo científico para fim de sua consolidação, dando espaço a Psicologia para tal demanda. Para Filho e Trisotto (2007, p.12), a Psicologia tem a competência de relatar sobre quem são os sujeitos e suas subjetividades, “no entanto, ela sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios

em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não, patologizadas”.

Focault (2002) relata, a caracterização da psicologia contemporânea pela averiguação e análise do anormal. Revelando, a psicologia como um importante meio para entender a identidade de gênero e suas nuances. É de extrema importância ressaltar que o conteúdo relacionado a gênero, os seus sujeitos devem ser interpretados com todas as suas demarcações, como transgênero ou cisgênero. Os indivíduos que se reconhecem com o gênero que lhes foram concebidos ao nascer, são os cisgênero. Já os transgênero são as pessoas que não se reconhecem com o gênero que lhe foi atribuído, frisando que essa caracterização não é um condicionamento unânime, pois em contrapartida existem os cisgênero. Além disso, existem também as pessoas das quais não se identificam nesses gêneros, conhecidos também através da sua antiga denominação, os andróginos (JESUS, 2012).

As transexuais e travestis fazem parte do público-alvo do gênero não-normativo, devido aos seus corpos não corresponderem com a identidade de gênero que se identifica. Para muitos do gênero normativo, os seus diferentes são taxados como aberrações, devido à busca por adequações para atingir o corpo idealizado. Ressaltando que, a transexualidade está ligada a identidade, percepção e não aos procedimentos cirúrgicos em si. Zambrano (2006), concerne que tanto as travestis e os transexuais alegam ser um erro biológico, configurando uma contradição do sujeito biológico subjetivo, estimulando a não aceitação normativa, o que não se justifica. A distinção entre elas seria que nos transexuais pode aflorar o surgimento do sentimento de pertencer do sexo que se identifica, apresentando o querer de fazer a reconstrução da genitália e a troca da documentação com as alterações do sexo e do nome social, legitimando as suas demandas.

Essa aspiração em relação à distinção entre as pessoas transexuais e travestis se dá pela precisão que as trans sentem de desconjuntar a representação ligada à violência, marginalidade e prostituição, associada à nomenclatura travesti. A vontade de serem reconhecidas e aceitas socialmente está conjecturada para além de serem vítimas do erro biológico, a sua conduta não sofre desvio moral. Mesmo que, referenciada muitas vezes pelo senso comum, através do julgo moral normativo profanando e distorcendo as compreensões sobre homossexualidade e o travestismo (ZAMBRANO, 2003).

As travestis também sentem que pertence ao sexo oposto, porém, não se delimitam aos critérios de descrição da medicina para o transexualismo, que seria a reconstrução da genitália. As travestis muitas vezes exibem a sua feminilidade de forma exacerbada, pois o excesso está ligado às características da sua identidade. Essas pessoas têm comportamentos, ações e falas de modo com a caracterização do reconhecimento do gênero que se identificam (CORNWALL, 1994).

Logo, por exemplo, uma mulher trans assume nome social, comportamentos e aparência feminina, a fim de querer e ter a necessidade de serem reconhecidas como mulher. Esses sujeitos às vezes buscam as transformações físicas através de uso de roupas, tratamentos hormonais e até mesmo procedimento cirúrgicos a fim de conciliar a imagem do seu corpo a sua identidade de gênero (JESUS, 2012).

#### **4 PROCESSO DE EXCLUSÃO ENFRENTADO PELOS NÃO-NORMATIVOS**

As desigualdades nos processos sociais articulam as concepções de exclusão social. A reflexão social em posse dos não-normativos sobre as engrenagens de exclusão, oportuniza a transposição das barreiras sociais. Então:

A exclusão social, como realidade concreta não é um fenômeno recente: pode ser visualizada na trajetória histórica das desigualdades sociais e das populações socialmente subalternizadas. Possui antecedentes claros nas sociedades contemporâneas em forma de necessidades coletivas intensas, durante os séculos XIX e XX (MORERA; PADILHA, 2016, p.123).

Versando Sawaia (2001, p.8) “A sociedade exclui para incluir e está transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. Essa intercalação decente ou não, é uma ação fatídica. Onde, a dialética de exclusão e inclusão se esbarram como maneiras de legitimação social coletiva e individual que “manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência (...)” (SAWAIA, 2001, p. 9).

A legitimação do processo de exclusão se reverbera pela naturalização desse fenômeno, a partir das mesmas estruturas que as reproduzem, permeando uma aceitação em níveis individuais e coletivos. Esse condicionamento conformista é um forte indicador da fragilidade do vínculo social (WANDERLEY, 2001, p. 20-21). Revelando, uma maneira de violência simbólica velada, por vezes despercebida no cotidiano dos grupos marginalizados, como os não-normativos.

Os processos de exclusões sociais chegam a ser marcadores coexistentes, corroborando para as vulnerabilidades que facilitam a ocorrência de violências diversas. Quando se formula condições existenciais pensando em sujeitos normativos, automaticamente ideologias excludentes para os não-normativos são exercidas em esferas sociais, como na: a família, educação institucionalizada, religião, política, saúde, economia e segurança.

Deve-se compreender a exclusão das transexualidades como um processo – ou um conjunto de processos – que apresentam uma geometria contextual e situacional variada e variável, ou seja, como um processo complexo e multifacetado que configura dimensões materiais, políticas, relacionais e dicotômicas (subjéctivas-objetivas) (MORERA; PADILHA, 2016, p.124).

Bourdieu (1996, p. 268-269) ressalta que a atmosfera social não funciona por meio da consciência plena, mas através das práticas dos mecanismos (como a doxa e a ideologia) contribuindo intensamente para a aceitação das coisas como são apresentadas, mesmo que de modo superficial. Precária de uma filosofia transformadora por parte dos indivíduos excluídos, ou de pelo menos uma filosofia crítica.

Entendido, o malefício contínuo que acomete as estruturas sociais por intermédio da exclusão social, Sawaia (2001, p.101) traz a seguinte reflexão “corpo é matéria biológica, emocional e social tanto que sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade”. Citação altamente cabível para refletir o sujeito não-normativo, muitas vezes oprimidos pelas normas práticas e subjéctivas que patrocinam o bem estar dos normativos. A identidade de gênero não-normativa acarreta consequências opressivas e excludentes, comprovadas ao longo da história.

A pessoa trans nessa sua luta pela dignidade e isonomia dos seus direitos, tem confrontado diferentes espaços que visam à derrota/abolição de leis que instigam a segregação e a exclusão daqueles que possuem alguma característica que contradiz as imposições heterocisnormativas e sexistas criadas no âmbito patriarcal, como sistema de conservação do poder do homem sobre a mulher e as outras identidades de gênero (não binários, genderfluid, gender queer, etc) (MORERA; PADILHA, 2016, p.125).

Impulsionado pela crença limitante que o sexo biológico delimita a identidade como homem ou mulher, as mudanças corporais realizadas pelas travestis e transexuais são vislumbradas como barreiras de convivência nos espaços sociais

normatizados, restringindo o acesso aos serviços públicos e privados de qualidade. Culminado muitas vezes desde cedo, a uma rejeição no seio familiar, podendo ocasionar um desabrigo marcante por essa redoma afetiva primária, entendendo que a família é expressa como a rede inicial de proteção do sujeito. Infelizmente os processos de exclusão se corroboram:

[...] a família, ao invés de acolher, tornou-se o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde teve início o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização, deixando as travestis e transexuais vulneráveis, marcadas negativamente e depreciadas ao ponto de serem desprovidas do direito a ter direitos. Os processos depreciativos vividos por elas influem em toda a organização de suas subjetividades, construídas ao longo das relações que estabelecem com os outros, com o mundo e consigo mesmas. (SILVA RGLB, ET AL. 2015, p. 368).

Com a rejeição familiar, os não-normativos se deparam com a necessidade de buscar em outros lugares muitas vezes pouco seguro, meios de sobrevivência e aceitação, dificultando assim, o acesso aos espaços “regulares”. Locais institucionalizados como a escola e suas continuidades educativas, muitas vezes não são acessadas por esses grupos. E quando assim os acessam, por meio de coerção familiar ou de resistência da militância, se descobrem por vezes em contexto de sociabilidade difíceis, reprodutoras do preconceito e discriminação. “Esses argumentos levam a reflexão sobre a imposição que a sociedade realiza sobre o ser humano que faz com que se naturalizem práticas segregacionistas e excludentes, onde um dos rostos da exclusão termina por negligenciar o ser transexual” (MORERA; PADILHA, 2016, p.125).

Sistemas de seleção discriminatórios se fazem presentes não só nas escolas, mas na maior parte das instituições pelas quais as pessoas transgênero circulam, efetivando a inserção por meio do que Monzeli denomina de “admissões condicionadas”. Essa forma de admissão evidencia o papel seletivo e prescritivo das instituições, e mesmo que a garantia do acesso, permanência e cuidado são seus princípios orientadores, quando se trata do contato com as diferenças étnicas, sexuais, religiosas, de classe social, entre outras, tais instituições prescrevem e reafirmam formas ditas coerentes de acesso, inserção e participação. (SILVA RGLB, ET AL. 2015, p. 369).

Leis de auxílio à educação e inclusão, políticas públicas, estudos acadêmicos, algumas passagens bíblicas se deleitam muitas vezes nos discursos politicamente correto, no entanto, essas estruturas são arraigadas em construções [...] “sociais hegemônicas e contra-hegemônicas em disputa no macro-social e em suas outras

instituições. As contradições pertinentes às disputas de poder entre valores, aceitação ou não de diferenças, fazem parte da contemporaneidade” (SILVA RGLB, ET AL. 2015, p. 369).

Esses discursos mesmo que ainda distante de representar e atingir a realidade de todas e todos, pode ser visualizado como uma forma otimista de início para uma sociedade equitativa, mesmo quando, se percebe a quem eles beneficiam e por quem são produzidos. Compreender os processos é uma oportunidade de transformá-los, aprendendo a fazer novos discursos ideológicos, leis, credos, políticas, que realmente exerça a inclusão.

## **5 A CARA DA VIOLÊNCIA**

A Homofobia antigamente acompanhava a definição com um discurso patológico, onde as pessoas de gênero não normativas eram tratadas como doentes e pecadores. O autor Junqueira (2007) apresenta sua definição:

A tônica deixa de ser posta na “fobia” e em modelos explicativos centrados no indivíduo e passa a ser de reflexão, crítica e denúncia contra comportamentos e situações que poderiam ser mais bem abordados em outros campos: O cultural, o educacional, o político, o institucional, o jurídico, o sociológico, o antropológico. A homofobia passa a ser vista como fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos e, por isso, chega-se a propor a criminalização da homofobia (JUNQUEIRA, 2007, pag. 6).

De modo que direcionam e vinculam a homofobia com questões sociais referentes aos “preconceitos, discriminações e violências contra homossexuais, bissexuais e transgêneros, seus comportamentos, aparências e estilos de vida”. (JUNQUEIRA, 2007).

É de extrema importância ressaltar que a homofobia é produzida em oposição a homossexuais (gays e lésbicas), como já foi explicado a identidade de gênero é sobre a identificação consigo mesmo e não orientações sexuais, logo, obviamente existem pessoas de identidade de gênero não normativa que se sentem atraídas e se relacionam com pessoas do mesmo sexo que elas. Leite (2011), apresenta um conceito de transfobia “medo ou ódio com relação a pessoas transgênero”.

As pessoas transexuais mesmo que heterossexuais, tem espaço também na construção de cidadania LGBT (Lésbicas, Gays Bissexuais e Travestis e Transgêneros), de acordo pela ideia do movimento social LGBT que trazem sobre o preconceito e a discriminação que sofrem diante da orientação sexual e identidade

de gênero, a fim de validar a luta para combater as normas impostas pelos heterossexistas, que não reconhecem e não aceitam os direitos entre diferentes ideologias e vivências sexuais (TORRES, 2011).

Para uma melhor interpretação conforme o contexto de preconceito Picazio (1999, p.99) diz a respeito: “O preconceito é um pré-julgamento, um sentimento ou resposta antecipado a coisas ou pessoas, portanto não se baseia em experiências reais”, para complementar a concepção do autor segue mais um conceito:

[...] o preconceito seria apenas a crença prévia (preconcebida) nas qualidades morais, intelectuais, físicas, psíquicas ou estéticas de alguém, baseada na ideia de raça. Como se vê o preconceito pode manifestar-se, seja de modo verbal, reservado ou público, seja de modo comportamental, sendo que só nesse último caso é tido como discriminação (GUIMARÃES, 2004, p.18).

É perceptível que de acordo com os pontos de vista dos autores o preconceito é fundamentado na idealização de conceitos sem nem ao menos apresentar alguma vivência real em determinada circunstância. Esse julgamento quando apresentado de forma comportamental sai da posição de ser preconceito e se enquadra em discriminação. Compreendendo que o preconceito tenta realizar que determinado grupo que apresentem particularidades que não podem ser alteradas se sintam inferiorizado e/ou marginalizados pela sociedade.

A homofobia concerne “Como preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas” (BRASIL, 2013). A discriminação da homofobia pode ser visualizada também no órgão institucional direcionado aos crimes de ódio. No espaço dessas instituições, essa violência ocorre por meio do preconceito desse sujeito/população por parte das instituições (BRASIL, 2013).

É imprescindível expôs o conceito e as múltiplas categorias de violência existente, escancarando para a sociedade o mal desnecessário que causam, por uma escolha que não lhe diz respeito. A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua violência como: “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”.

A palavra violência deriva do Latim “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Sua origem está relacionada com o termo “violação” (*violare*).

Violência significa o uso da agressividade/força com a intenção de atingir danosamente outra pessoa e/ou grupos. Podendo resultar em sequelas, morte ou/e transtornos psicológicos. Entende-se, por violência a ação de coerção pelo uso da força e poder, desrespeitando o direito do outro (muitas vezes a sua individualidade). Os tipos de violência podem variadas: física, doméstica, sexual, econômica, social, institucional, psicológica e moral.

Apontando informações do importante Grupo Gay da Bahia (GGB), que se destaca ativamente por lutar em defesa da comunidade não-normativa. Alarmando por intermédio de pesquisas em campo que no ano de 2018 foram registradas 420 mortes do grupo de gênero não-normativo, sendo que, o Brasil se encontra vergonhosamente em primeiro lugar no *ranking* mundial onde mais se mata homossexual, afirmando que a cada 23 horas morre um não-normativo vítima de LGBTfobia.

Sendo assim, “420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homolesbotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando se registraram 445 mortes” (GGB, 2018). O grupo disponibiliza dados do início de janeiro até maio de 2019 documentando 141 mortes: 126 homicídios e 15 suicídios.

No ano de 2019, através dos balanços das denúncias registradas do Disque 100, foram observado que comparado ao ano anterior o número de notificações realizadas despencou-se. No ano de 2018 foram registradas em todo território brasileiro 1.685 denúncias, já em 2019 apontando 513 casos.

Dados esses, que gera uma reflexão sobre o contexto social onde estão inseridos, tanto eles quanto os agressores que se encontram em uma composição de um ambiente historicamente adoecido, devido ao patriarcado que possuem culturas machistas, sexistas e preconceituosas. Reproduzindo sofrimento para o público-alvo, onde esses condicionamentos sociais acabam gerando violências.

Essas violências quando não resulta em homicídios, chegam a ocasionar danos físicos e morais que acomete o psicológico da vítima, podendo chegar a se odiarem; mutilar e até mesmo tirar a própria vida. A psicologia a fim de amenizar esse sofrimento, atua com o grupo de gênero não-normativo a importância da aceitação, autoconhecimento, empoderamento e autonomia. Ouvindo os relatos de sofrimento sem julgamentos e moralismo do senso comum, com o intuito de proporcionar um acolhimento para as vítimas, de forma que trabalhe na dor do outro.

Descartando essa culpabilização, mostrando que historicamente essa sociedade é enraizada em um contexto doentio que antecede a individualidade dos seus sujeitos.

## 5.1 A CONSOLIDAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO MEIO NÃO-NORMATIVO

Refletindo sobre os estudos de Michel Foucault o “regime discursivo”, que aponta os discursos políticos, econômicos e institucionais que produzem e mantêm as “verdades legitimadas” produzidas para regular os sujeitos. Onde, esclarece pontos estruturais que fortalecem uma sociedade normativa dominante e muitas vezes opressora:

E assim como entre instinto e conhecimento encontramos não uma continuidade, mas uma relação de luta, de dominação, de subserviência, de compensação etc., da mesma forma, entre o conhecimento e as coisas que o conhecimento tem a conhecer não pode haver nenhuma relação de continuidade natural. Só pode haver uma relação de violência, de dominação, de poder e de força, de violação. O conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas (FOUCAULT, 2001, p. 17).

A espécie de violação de direitos humanos da categoria homofóbica mais sofridas pelo público-alvo de acordo com a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) embasado pelo canal Disque 100 (Disque Direitos Humanos: serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos), foi perceptível através das denúncias nos anos 2017 e 2018:

A maior parte das denúncias refere-se a casos de violência psicológica (ameaça, humilhação, entre outras), seguidos por crimes de discriminação (por gênero, orientação sexual etc) e violência física (homicídio, lesão corporal, entre outros). Para o ano de 2018 verifica-se que o número de denúncias de discriminação aumentou em relação ao ano anterior. (Disque 100, elaborado pela FGV DAPP)

Ainda embasado pelo relatório de violência homofóbica do Brasil, citado acima, os tipos de violência que esse grupo mais sofreram nos registros de denúncias dos anos 2017 e 2018, em escala do maior ao menor número de denúncias foram as seguintes: Violência Psicológica, discriminação, violência física, violência institucional, negligência, abuso financeiro e econômico/ violência patrimonial e violência sexual. Os tipos de violências que mais alarmaram em 2019 foram: discriminação com 394 queixas, violência psicológica com 299 queixas e violência física com 109. Ponderando os dados estatísticos do Disque 100, é

possível lançar a hipótese que essa diminuição de denúncias, decorreu através do fortalecimento e visibilidade das lutas e movimentos LGBT+.

Com referência as múltiplas violências notificadas através do Disque 100, o tipo de violência física requer maior visibilidade perante sua consequência, onde ao se tornar vítima dessa agressão pode gerar resultados extremos, como a morte. Dado esse, também abordado pela a ong GGB, que realiza coleta de dados de homicídios por homofobia, onde alegam que no ano de 2019 a cada 23 horas uma pessoa de gênero não-normativo foi assassinada no Brasil.

Uma observação, é que esses dados de violência apesar de alarmante, muitas vezes tem divulgação precária, com pouca visibilidade em meios de informação de grande circulação. Acredita-se que, com uma divulgação mais massiva, dando oportunidade de visibilidade para os tipos de violências que essas pessoas sofrem podem gerar mais incentivo e empoderamento para que outros denunciem, impulsionando a voz dessa representatividade, colocando esse conteúdo em pautas de debates públicos a fim de intimidar os casos onde acontecem discriminação, violências e preconceitos.

Soliva (2011), relata que as pessoas de gênero não-normativo geralmente e regularmente são vítimas constantemente de agressões verbais. Apontando que essa espécie de violência não acontece somente nas ruas e sim em seus múltiplos recintos e grupos sociais. Aqueles que apresentam comportamento tido como “afeminado”, são em suma maioria as vítimas desse tipo de violência. As agressões verbais e as ameaças de agressão apresentam-se de forma associadas à ação da violência psicológica. Day (2003) descreve esse tipo de violência como "toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa".

A violência da categoria física gera muito sofrimento aos não-normativos, devido ao medo de sair de onde se sentem seguros, podendo até acarretar em isolamento social. Day (2001) retrata como: “ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumentos que possa causar lesões internas, externas ou ambas" (DAY, 2003). Nesse tipo de agressão geralmente o corpo da vítima é marcado por hematomas, cortes, lesões.

Todo tipo de violência causa algum dano e algumas delas são somáticas, inviabilizando a qualidade de vida da vítima. Discutir sobre esse contexto social, permite buscar assistência para as vítimas e revelar a face adoecida de indivíduos

que se revestem muitas vezes de um moralismo que pleiteia o bem estar social normativo danoso. O não combate de ideologias segregacionistas reproduzem sujeitos alienados, que acabam por fazer de seus pensamentos discriminatórios ações injustificáveis, como o ato da violência.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho científico pode ser usado como um instrumento de transformar realidades, por intermédio desse tipo de abordagem bandeiras sociais são atravessadas cotidianamente. Dando voz e vez a sujeitos historicamente silenciados como os não-normativos, e também, esclarecendo aos privilegiados normativos como a continuação de suas heranças padronizadas são danosas e contraditórias aos discursos democráticos e progressistas. A construção de um estudo fortalecendo pessoas não-normativas por uma normativa, chega a ser uma reparo social obrigatório.

A discussão para compreender gênero é atual e necessária, a sua demarcação histórica e diferenciação dentre outros conceitos permite um embasamento pertinente para o alcance do reparo social. O gênero se refere sobre a construção social do sexo biológico, que perpassa a anatomia corpórea.

A problematização de ideologias de exclusão permite o esclarecimento de como esse processo e de seus descendentes: violências e vulnerabilidades acontecem, dando devida visibilidade a quem são seus algozes *versus* (vítimas reconhecidos pelo gênero não-normativo), e do por que e como essa estruturação social desequilibrada acontece.

Fica compreendida a importância da linha de frente científica dos profissionais da Psicologia, que cooperam com a construção e desconstrução desses processos que reverberam nos feitos sociais de identidade dos seus sujeitos. Possibilitando também, o tratamento psicológico com o intuito de reversão/atenuação com os grupos marginalizados, por uma civilidade normativa que muito se camuflou em seus discursos institucionais de cidadãos democráticos e igualitários.

Se destacando entre os não-normativos, as transexuais e travestis, que se fizeram notáveis pela representatividade de ressignificação nas suas trajetórias de sofrimento social, moral, físico, psicológico, com distintas formas de preconceito e vulnerabilidades nas múltiplas esferas sociais. Onde, elas e outros, que entendem o princípio básico do direito a dignidade, vêm travando lutas diárias, urgenciando a

validez dos direitos humanos básicos, que recai sobre todo cidadão, sem distinção da cor, credo, religião e orientação sexual. Através do conhecimento, corpos frágeis se potencializam; uniões se realizam, de marginalizadas passam para guerreiras. O empoderamento transcende a mente perpassando pelo corpo individual ao coletivo.

Sobre as dificuldades de concepção do presente trabalho, pode ser pontuada a atual conjectura calamitosa de pandemia que assola o Brasil, restringindo o acesso a fontes de pesquisas devido ao cumprimento do isolamento social obrigatório. Como sugestões para posterioridade, no pensamento de fortalecer e dar continuidade a essa pesquisa, se indica estudos em campo dando enfoques múltiplos aos não-normativos, por tantas vezes antes e ainda hoje vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. “Gênero, identidade, diferença” In \_\_ Aletria, Belo Horizonte, v. 2002.

BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa de ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-278.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016.

CARAVACA MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Transexualidades: os rostos do estigma e da exclusão social. **Em Tese**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 120-140, jul. 2016. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2016v13n1p120/32148>>. Acesso em: 19 maio. 2020.

CORNWALL, A. Gendered identities and gender ambiguity among travesties in Salvador, Brasil. In: CORNWALL, A.; LINDISFARME, N. *Dislocating masculinity*. London: Routledge, 1994. p. 111-132.

DAY, Vivian Peres (et al). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria**. Vol.25, p. 9 – 21, abr. 2003.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>>. Acessos em: 23 mar. 2019.

FGV DAPP. **Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil**: 29 anos de combate ao preconceito. Disponível em: < <http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-29-anos-de-combate-ao-preconceito/>>. Acesso em: 18 maio. 2020.

Filho, K. P.; Trisotto, S. A psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. **Revista Aulas**, Campinas: UNICAMP, Dossiê Foucault, v. 3, n. 1, p. 1-14, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/KLEBER.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GIL, A.C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Ed. 6. São Paulo: Atlas, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo, Ed Thomson, 2005.

GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. Mortes violentas DE LGBT+ no Brasil relatório 2018. <https://tribunahoje.com/wp-content/uploads/2019/01/Popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-morta-no-Brasil-relat%C3%B3rio-GGB-2018.pdf?x69597>. Acesso em: 18 abr. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades*, vol. 1, nº 1, Natal-RN, jul-dez 2007, pp.145-65. Acesso em: 18 abr. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** [Online]. Goiânia: Ser-Tão/UFG, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, T.T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 40.

LEITE, Jorge Jr. *Nossos também mudam: a invenção das categorias “travestis” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* Guacira Lopes Louro -Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p.14-36

MONZELI GA. *Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis* [Dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2013. Disponível em: [http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5844](http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5844)> Acesso em: 12 maio. 2020.

NAMASTE, V. (2006). Transsexual, transgender, and queer. In S. Seidman, N. Fischer, & C. Meeks (Eds.), *Handbook of the new sexuality studies* (pp. 180-187). New York: Routledge.

OLIVEIRA, Anay Stela; KNÖNER, Salete Farinon. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

OAKLEY, Ann. **Sex and Gender**: Sex, Gender and Society, 1972.

PICAZIO, Claudio. **Sexo secreto: Temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Edições GLS, 1999.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 101.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.1, p.173-186, 2008.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA RGLB, et al. Os impactos das identidades transgênero. **Rev Ter Ocup Univ**, São Paulo. 2015 set.-dez.;26(3):364-72

STOLLER, R. J. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity (1968). Londres: Karnac Books, 1984.

SOLIVA, Thiago. (2011). A. Rua e o medo: Algumas Considerações sobre a Violência Sofrida por Jovens Homossexuais em Espaços Públicos. **Revista Latino-americana de geografia e gênero**, v. 2, n. 1. p. 122 - 132.

TOLEDO, Davi Contente. **Performance de gênero não normativa na adolescência: contribuições da teoria do Self dialógico**. 2014. x, 122 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)— Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TORRES, Marco Antônio. Direitos Humanos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na educação e as lógicas heterossexistas. In Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em:<  
[http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278195712\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero9MarcoAntonioTorres.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278195712_ARQUIVO_FazendoGenero9MarcoAntonioTorres.pdf)> Acesso em: 01 maio. 2020.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 19-23.

ZAMBRANO, Elizabeth. *Trocando os documentos*: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 12, n. 26, p. 123-147, Dec. 2006 . Available from  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 maio. 2020.